


<b>MAPA DESCRITIVO DO PROCESSO</b>		<b>Nº Processo: 5.16.00</b>
<b>NOME DO PROCESSO: CÂMERAS OPERACIONAIS PORTÁTEIS (COP)</b>		
<b>MATERIAL NECESSÁRIO</b>		
1. Uniforme operacional. 2. Cinturão preto com os equipamentos de proteção individual. 3. Fiel retrátil. 4. Colete balístico. 5. Rádio portátil, móvel ou estação fixa. 6. Câmera Operacional Portátil (COP). 7. Relatório de Serviço Operacional (RSO). 8. Formulário PM O-58 (Registro de Ocorrência). 9. Caneta. 10. Terminal Portátil de Dados (TPD).		
<b>ETAPAS</b>		<b>PROCEDIMENTOS</b>
Funcionamento do Equipamento	1. Funcionamento da Câmera Operacional Portátil (COP).	
Uso do Equipamento	2. Uso da Câmera Operacional Portátil (COP) . 3. Classificação dos dados.	

	<b>POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>	<b>POP: 5.16.01</b>
	<b>FUNCIONAMENTO DA CÂMERA OPERACIONAL PORTÁTIL (COP)</b>	<b>ESTABELECIDO EM: 2019</b>
		<b>REVISADO EM: Nº DA REVISÃO: 1</b>
<b>ATIVIDADES CRÍTICAS</b>		
<div>1. Verificação do equipamento a fim de confirmar seu correto funcionamento antes do serviço.</div> <div>2. Realização de teste do equipamento e classificação.</div>		
<b>SEQUÊNCIA DAS AÇÕES</b>		
<div>1. A sequência de verificação de funcionamento da COP, descrita a seguir, deve ser feita pelo PM que a recebeu, no ato de sua entrega no Serviço de Dia, na presença do PM que entregou o equipamento:</div> <div>1.1. ligar a COP, conforme orientação do manual do fabricante;</div> <div>1.2. verificar o nível da bateria. Caso esteja com carga inferior a 95%, solicitar substituição ao PM responsável.</div> <div>2. Realizar teste de gravação, da seguinte forma:</div> <div>2.1. apontar a câmera para sua face e gravar um vídeo informando seu posto/graduação, RE e nome;</div> <div>2.2. pressionar o botão “Fotografia” para registrar uma foto de teste;</div> <div>2.3. revisar o vídeo e verificar se:</div> <div>2.3.1. há gravação em áudio e vídeo;</div> <div>2.3.2. a fotografia foi registrada.</div> <div>2.4. se não houver gravação em áudio e vídeo ou fotografia registrada, solicitar substituição da COP ao PM responsável.</div> <div>3. A COP deve permanecer ligada e em “standby” durante todo o turno de serviço, apta a iniciar a gravação pelo simples acionamento do botão “gravar”.</div> <div>4. Acoplar a COP, utilizando o equipamento de fixação específico, na parte superior do tronco, sobre o colete de proteção individual (ou sobre a jaqueta cinza-bandeirante), de forma que a COP possa enquadrar corretamente todas as cenas, inclusive a visão do para-brisa quando o PM estiver embarcado em viatura 4 rodas, conforme figuras 1, 2 e 3.</div>		



**Figura 1**



**Figura 2**



**Figura 3**

5. A tela de reprodução da COP, nos equipamentos que a possuam, deve estar voltada para a frente, de forma a permitir que as pessoas percebam que estão sendo filmadas. Esta ação visa dissuadir maus comportamentos, vez que permite às pessoas perceberem que estão sob vigilância e suas atitudes sendo gravadas em vídeo.
6. O modo oculto só deverá ser acionado quando a luz de gravação colocar em risco a vida ou integridade física do PM. Mesmo com a tela desabilitada, a COP deverá permanecer gravando o desenrolar da ação policial-militar.

### **RESULTADOS ESPERADOS**


1. Que o PM coloque devidamente a COP em operação.
2. Que o PM realize os testes de funcionamento da COP.
3. Que o PM acople e ajuste a COP devidamente ao seu EPI/uniforme.

### **AÇÕES CORRETIVAS**

1. A COP não liga: verificar se a bateria está descarregada, devolvendo o equipamento para o Sv de Dia, quando for o caso.
2. A COP liga, está com a bateria carregada, mas não grava conteúdo:
  - 2.1. verificar se o equipamento foi colocado na [“docking station”](#) para descarregar as imagens, bem como se os dados gravados foram enviados para o servidor, pois a memória pode estar cheia;
  - 2.2. caso a memória esteja livre e o problema persista, desligue e ligue a COP, e refaça o teste de gravação;
  - 2.3. caso o problema persista, devolva o equipamento ao Sv de Dia.
3. A COP foi acoplada em outras partes do uniforme. O equipamento deve ser recolocado na parte superior do tronco, conforme figura 1.

POSSIBILIDADES DE ERRO	
<ol style="list-style-type: none"><li>1. O PM entrar de serviço e não realizar os testes de funcionamento.</li><li>2. O PM acoplar a COP em local diverso do especificado.</li><li>3. O PM não saber como operar o equipamento.</li><li>4. O PM utilizar a COP desligada, em vez de em “standby”, durante o turno de serviço.</li></ol>	
ESCLARECIMENTOS	
<ol style="list-style-type: none"><li>1. <a href="#">“Standby”</a>: a COP está energizada pela bateria, com seu sistema em pleno funcionamento, porém não registrando os fatos em sua memória definitiva (Memória ROM). O termo “GRAVAÇÃO” significa o início de captação de imagens, vídeos ou áudios pelo equipamento.</li><li>2. <a href="#">“Docking station”</a> plataforma física que permite a acoplagem de uma ou mais COP, destinada à recepção dos dados gravados pelas câmeras e sua transferência para armazenamento das informações em nuvem, bem como pela recarga de bateria.</li></ol>	

<b>POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>		<b>DIAGNÓSTICO DO TRABALHO OPERACIONAL</b>	
<b>SUPERVISOR:</b>		<b>SUPERVISIONADO:</b>	
<b>DATA:</b> ____/____/____	<b>Nº PROCESSO:</b>	<b>Nº POP:</b>	<b>NOME DA TAREFA:</b> Funcionamento da Câmera Operacional Portátil
<b>ATIVIDADES CRÍTICAS:</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
1. O PM soube ligar o equipamento?			
2. O PM soube realizar as verificações de funcionamento da COP?			
3. O PM conseguiu realizar a gravação de teste do equipamento?			
4. A COP foi acoplada corretamente?			
5. A COP foi corretamente ajustada para o melhor campo de visão frontal?			
6. A tela da COP, nos equipamentos que a possuam, está voltada para frente de forma a permitir que as pessoas percebam que estão sendo gravadas?			

	<b>POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>	<b>POP: 5.16.02</b>
	<b>USO DA CÂMERA OPERACIONAL PORTÁTIL (COP)</b>	<b>ESTABELECIDO EM: 2019</b>
		<b>REVISADO EM: Nº DA REVISÃO: 1</b>
<b>ATIVIDADES CRÍTICAS</b>		
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Iniciar ou terminar a gravação pela COP quando necessário.</li><li>2. Não permitir que os dados da COP sejam extraviados, duplicados, copiados ou apagados.</li><li>3. Gravação de todas as interações em <a href="#">fato de interesse policial</a>.</li><li>4. Informação às partes que a COP está ligada e gravando.</li><li>5. Gravação da motivação de própria voz antes de desligar a COP.</li></ol>		
<b>SEQUÊNCIA DAS AÇÕES</b>		
<ol style="list-style-type: none"><li>1. A COP faz parte do uniforme do PM como integrante do seu equipamento de proteção individual (EPI) quando a ele for alocada uma unidade do dispositivo.</li><li>2. É terminantemente proibido ao PM alterar, editar, copiar, duplicar ou apagar qualquer gravação de áudio, vídeo ou foto realizada por meio das COP.</li><li>3. É terminantemente proibido ao PM tomar gravação do conteúdo das COP por outros equipamentos (telefones celulares, câmeras, gravadores, etc.). Nesse ponto, é necessário ressaltar que as telas poderão, quando filmadas por outros equipamentos, reproduzir marcas d'água com identificação do usuário da COP.</li><li>4. Todos os integrantes de uma US devem estar equipados com COP.</li><li>5. Caso a quantidade de COP disponível não atenda ao efetivo de serviço, a distribuição deverá garantir que haja pelo menos 1 (uma) COP por US (preferencialmente na posse do encarregado), na seguinte ordem de precedência:<ol style="list-style-type: none"><li><b>6. Na Cia PM:</b><ol style="list-style-type: none"><li>6.1. US que desenvolvem patrulhamento em 2 rodas;</li><li>6.2. Programa Radiopatrulha;</li><li>6.3. Programa de Policiamento Escolar;</li><li>6.4. Programa Policiamento Comunitário;</li><li>6.5. Atividades operacionais diversas.</li></ol></li><li><b>7. Situações em que se deve iniciar a gravação pela COP para registrar os fatos:</b><ol style="list-style-type: none"><li>7.1. a COP deve iniciar a gravação em todas as interações com o público, exceto aquelas em que não haja interesse policial sobre o fato, como por exemplo os contatos com a população durante o patrulhamento, conversas informais, orientações, etc.</li><li>7.2. o PM, em regra, sempre gravará vídeos com áudios. Os casos em que se utilizem recursos de apenas áudio ou foto devem ser justificados pelo PM no próprio áudio, no RSO e no BOe (formulário PMO-58);</li></ol></li></ol></li></ol>		



- 7.3. não há necessidade da COP gravar o patrulhamento ininterruptamente, no entanto o equipamento deve estar ligado em “standby”. A exigência para iniciar uma gravação estará sempre relacionada a **interesse policial**;
- 7.4. uma vez iniciado o registro (gravação) pela COP, sempre que for seguro e possível, **o policial deve informar às partes que a cena está sendo gravada: “Sr./Sra., eu estou usando uma câmera e neste momento estou gravando esta cena”**. Não há necessidade de consentimento para acionar a COP e/ou continuar com a gravação. Nos equipamentos que disponham de tela, esta deve estar ligada e direcionada às pessoas para que possam ver que estão sendo filmadas.
8. No entanto, nas seguintes situações, exemplificativas, o registro pela COP deve, **obrigatoriamente**, ser iniciado:
- 8.1. em todo atendimento de ocorrência despachada pelo COPOM/CAD ou quando acionado diretamente por populares ou por iniciativa própria;
  - 8.2. em situações que se presuma a necessidade do uso progressivo da força;
  - 8.3. em episódio de morte ou lesão decorrente de oposição a intervenção policial, casos de agressão contra PM ou que haja indícios de má conduta ou ilegalidade praticada por PM, a COP deverá ser entregue ao Comandante de Força de Patrulha – CFP ou equivalente, que providenciará, pessoalmente, o upload do conteúdo ao armazenado. O equipamento não deverá ser apreendido nos autos de qualquer procedimento. A custódia a que se refere esta regra é tão somente para garantir transparência no gerenciamento das informações produzidas pelas COP;
  - 8.4. em todas as abordagens policiais até a liberação da parte ou encaminhamento a locais intermediários ou até o destino final (Delegacia de Polícia, PPJM, Delegacia de Polícia Federal, etc.), ou seja, enquanto houve contato entre PM e as partes;
  - 8.5. em todo apoio relacionado com a atividade policial em que seja requisitado, determinado ou voluntariamente compareça para auxiliar na resolução da ocorrência (exemplo: apoio a roubos em andamento, acompanhamentos, ocorrências com disparo de arma de fogo, abordagens policiais, etc.);
  - 8.6. a regra é que todo PM em apoio inicie o registro pela sua COP assim que receba a determinação para tal ou quando passe a participar da ação. Se, caso ao chegar ao local, constatar que não há campo de **interesse policial**, poderá então interromper a gravação conforme as regras já estabelecidas;
  - 8.7. em todos os acompanhamentos a veículos ou perseguições a pessoas a pé;
  - 8.8. em todas as fiscalizações, quer sejam de trânsito urbano ou rodoviário, ambiental e qualquer outra que seja realizada pela Instituição;
  - 8.9. em atendimento de acidentes em geral (de trânsito, aéreo, fluvial, marítimo, ferroviário, incêndios deslizamentos, inundações, catástrofes, calamidades, etc.);
  - 8.10. em todas as situações de busca e varredura em edificações ou terrenos, quer sejam em áreas urbanas ou rurais, mesmo que não motivadas por uma ocorrência policial. Isto inclui incursões em comunidades e congêneres;



- 8.11. em todas as conduções de pessoas a outros órgãos (delegacias/distritos policiais, hospitais, casas de saúde, estabelecimentos prisionais, etc.) e durante o período em que a custódia e/ou responsabilidade estiver a cargo da autoridade PM;
  - 8.12. sempre e por qualquer motivo, quando terceiros sejam colocados em viaturas da Polícia Militar para qualquer fim;
  - 8.13. em manifestações públicas, reintegração de posse e outras operações policiais de grande envergadura, o comando irá determinar estrategicamente quais policiais deverão permanecer com o equipamento registrando fatos ininterruptamente, de acordo com a posição no terreno, tipo de missão e por período específico e quais policiais seguirão as regras gerais;
  - 8.14. em todas as operações policial-militares;
  - 8.15. em qualquer interação com pessoas emocionalmente abaladas ou com distúrbios relacionados à saúde mental;
  - 8.16. sempre que o policial perceber que uma interação passe a constituir **atos de interesse** para registro policial;
  - 8.17. se o PM ficar em dúvida sobre iniciar ou não o registro pela COP, **deverá iniciá-lo**. A regra geral sempre será gravar todos os eventos de **interesse policial**.
- 9. Situações exemplificativas em que o início de registro pelas COP não é necessário:**
- 9.1. patrulhamento em geral, orientação ao trânsito, pontos de estacionamento e visibilidade e outras atividades cotidianas da rotina policial em que **não** haja **interesse policial** para registro;
  - 9.2. pausas para refeições;
  - 9.3. necessidades fisiológicas;
  - 9.4. assuntos administrativos;
  - 9.5. conversas informais entre policiais e entre estes e a comunidade, mesmo que durante o serviço, as quais não reúnam **interesse policial**;
  - 9.6. contato entre superiores e subordinados para tratar de assuntos de serviço ou particulares;
  - 9.7. em reuniões de preparação tática, preleções, sala de aula, reuniões de serviço, etc;
  - 9.8. locais intermediários enquanto as partes não estiverem sob responsabilidade dos policiais militares (hospitais, repartições públicas em geral, etc.). A partir do momento em que se finalizar o atendimento no local intermediário e as partes voltarem à custódia dos policiais militares, a COP deverá ter o registro iniciado novamente;
  - 9.9. delegacias de Polícia Civil ou Polícia Federal, a partir do momento da apresentação da ocorrência e desde que as partes estejam já sob custódia de outra autoridade;
  - 9.10. nas dependências dos quartéis da PMESP;
  - 9.11. salas de audiências do poder judiciário;

- 9.12. se, em qualquer destas situações, surgir uma situação adversa, de confronto, de crime, de acusação de má conduta de policial, reclamação do atendimento dos policiais militares, o PM poderá iniciar o registro pelo equipamento, porém deverá gravar a justificativa com a própria voz para tal ato e seguir as normas para uso das COP.

#### **10. Interrupção de gravação:**

- 10.1. Cabe esclarecer que as pessoas presas ou acusadas de um crime têm o direito constitucional ao silêncio e poderão exercê-lo sempre que o policial informar que uma cena está sendo gravada. No entanto, o silêncio não impõe fim à coleta das demais provas em vídeo/áudio, mas sim, tão somente, ao depoimento.
- 10.2. se for solicitado ao PM para que cesse o registro pela COP, deverá haver análise da situação. Porém, se a solicitação encontrar respaldo na lei para a proteção de direitos fundamentais e os fatos **não se constituírem** em interesse policial, o PM deverá, antes de interromper o registro pela COP, **gravar sua fala motivando tal ato**.
- 10.3. Importante lembrar que em casos de depoimentos de testemunhas o policial pode oferecer à pessoa que não deseja ser filmada, ao realizar suas declarações, a possibilidade de gravar somente o áudio, por meio de recurso do próprio equipamento ou deslocando a lente da COP para outro ponto;
- 10.4. nenhum autor de crime tem o direito de não ser gravado. A ilicitude da prova reside na violação de direitos e não pode uma pessoa alegar a ofensa a um direito quando viola outro proporcionalmente mais grave. Assim como uma pessoa não pode alegar a inviolabilidade do domicílio para poder estuprar ou matar em sua residência, da mesma forma, quando a polícia grava as imagens de um flagrante delito de crime em andamento, não se poderá alegar ilícita a prova por violação da intimidade ou vida privada;
- 10.5. nos casos que envolvam vítimas de crimes sexuais, agressão e abusos contra crianças e adolescentes, o PM poderá desligar o equipamento para evitar exposição desnecessária da intimidade das vítimas, porém sempre justificando o ato por meio da gravação de sua voz. Cessado o momento de exposição da intimidade, o registro pela COP deve ser iniciado novamente;
- 10.6. em casos de revistas íntimas (onde há necessidade de retirada de roupas) o local da revista deve ser filmado em 360° e, depois de explicado o motivo, o registro pela COP deve se interrompido antes de proceder à busca pessoal. Exceção deve ser feita nos casos em que o revistado passar à condição de confronto ou surgir **interesse policial** para fazer prova.

#### **11. Finalização da gravação:**

- 11.1. uma vez iniciada a gravação pela COP, o PM só poderá interrompê-la quando não houver mais interesse probatório (interesse policial). Isso significa que o local está controlado, as vítimas, testemunhas e acusados já fizeram suas declarações e a cena do crime ou da ocorrência já foi devidamente registrada em vídeo, ou seja, **o contato com os envolvidos foi totalmente finalizado**;
- 11.2. o PM deve informar ao CGP (que por sua vez acionará a cadeia de comando da informação: CFP, Supervisor Regional/Cmt de Cia, Superior de Sobreaviso,

<p>Cmt de Btl) toda a gravação de cena que constitua prova importante para o registro da ocorrência, por exemplo: imagens de um flagrante, de um crime em andamento, da prisão de criminosos, etc.;</p> <p>11.3. cabe ao PM informar outras autoridades com competência sobre os fatos (autoridades de polícia judiciária como Delegados de Polícia, Comandantes de OPM e Oficiais de Polícia Judiciária Militar) que registrou provas importantes no seu equipamento;</p> <p>11.4. além de poder acessar os vídeos produzidos no seu turno de serviço, é direito do PM ter acesso aos dados da COP por ele tomados ou por outros policiais militares, quando esteja sob investigação pela sua conduta, por meio de requerimento à autoridade encarregada;</p> <p>11.5. o PM deverá entregar a COP e assinar a devolução no livro de controle do Serviço de Dia ou sistema informatizado;</p> <p>11.6. após a entrega da COP ao Serviço de Dia, este deverá providenciar recarga do equipamento e upload dos dados no servidor, acoplando a COP à “docking station”;</p> <p>11.7. o PM do Serviço de Dia deverá observar o estado de conservação do equipamento, o seu funcionamento e realizar o registro de devolução no sistema de controle adotado pela Cia PM.</p>
---

#### **RESULTADOS ESPERADOS**

1. Que o PM esteja apto a gravar todas interações de **interesse policial**.
2. Que o PM informe sempre às pessoas quando estiver registrando os fatos pela COP.
3. Que, respeitando os direitos constitucionais dos cidadãos, seja dado conhecimento do conteúdo da gravação da COP às autoridades competentes.
4. Que o PM entenda que é o responsável por informar às autoridades competentes que registrou prova ou evidência importante.


#### **AÇÕES CORRETIVAS**

1. Caso, por qualquer intercorrência, a COP passe à condição de inoperante (defeito técnico, danos no equipamento, extravio, etc.):
  - 1.1. reportar imediatamente ao CGP ou função equivalente, e este, por sua vez, ao CFP ou função equivalente;
  - 1.2. registrar em RSO o horário em que tal fato ocorreu ou no BOe (formulário PMO-58) em caso de atendimento de ocorrência que exija a lavratura do documento, independentemente das medidas relacionadas à apuração por responsabilidade civil, administrativa ou penal.
2. Caso o PM não informe às partes que a cena está sendo gravada, deverá fazê-lo assim que possível e, mesmo que a ocorrência esteja encerrada, deverá contatar as partes para informá-las da existência dos dados.
3. Se por qualquer motivo a COP não foi ligada quando deveria, o PM deverá fazê-lo imediatamente após cessar o fato impeditivo e gravar uma declaração explicando os motivos de não ter ligado o equipamento antes.
4. Caso sejam acionados acidentalmente o vídeo, áudio ou foto da COP, devem ser classificados como “Vídeo Acidental”.

<p>5. Se a gravação for interrompida por situação alheia à vontade do PM:</p> <p>5.1. registrar o fato em RSO e/ou no BOe (formulário PMO-58);</p> <p>5.2. constar o período de inoperância e o possível motivo;</p> <p>5.3. informar imediatamente o CGP/CFP para a troca do equipamento.</p>
<b>POSSIBILIDADES DE ERRO</b>
<p>1. O PM não iniciar o registro pela COP quando deveria ou interrompê-lo indevidamente.</p> <p>2. Gravar cenas não recomendadas.</p> <p>3. Permitir que pessoas não autorizadas tenham acesso aos dados.</p> <p>4. Não informar às partes que a cena está sendo gravada.</p> <p>5. Não informar seus superiores no caso de mau funcionamento do equipamento e não registrar em RSO e/ou BOe (formulário PMO-58).</p> <p>6. Não entregar a COP ao CFP ou função equivalente quando envolvido em ocorrências de morte ou lesão corporal decorrente de intervenção policial.</p> <p>7. Usar a COP para gravar cenas não relacionadas ao serviço policial (brincadeiras, interesse particular, etc.).</p>
<b>ESCLARECIMENTOS</b>
<p>1. <u>Fato de interesse policial</u>: todo fato em que há intervenção ou interação do policial militar com o público destinatário no exercício das atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, cuja gravação de áudio e vídeo constitui evidência digital.</p> <p>2. O emprego das COP proporciona a gravação imparcial de eventos que envolvem as atividades do PM. Estas gravações podem ser úteis para compor conjunto probatório e incrementar a força dos testemunhos, afirmações e escriturações policiais. As gravações também protegem os policiais militares de falsas acusações de conduta irregular e podem servir para o aprimoramento profissional e treinamento. O máximo de cuidado deve ser tomado para que os dados das COP não sejam mal geridos e utilizados. Violações relacionadas com divulgações não autorizadas dos dados de multimídia serão objeto de apuração disciplinar, sem prejuízo de outras medidas que o caso requeira.</p> <p>3. Todas as imagens e áudios produzidos por equipamentos pertencentes ou não à PMESP, mas tomados no desenvolvimento de sua missão constitucional, por policiais militares em serviço, são de propriedade da Instituição.</p> <p>4. Dados de imagem, áudio e vídeo contêm informações privadas extremamente sensíveis. Uma violação na segurança dos dados, má gestão das informações ou divulgação inapropriada e sem autorização das partes pode expor a intimidade e vida privada das pessoas e prejudicar as relações de confiança com a comunidade, expor a segurança e integridade física das partes e prejudicar a persecução criminal.</p> <p>5. Para utilizar a COP o PM deve ser treinado na operação do equipamento e respeitar as regras de emprego.</p> <p>6. O PM deverá informar às partes que os dados produzidos pelas COP são classificados como secreto ante a Lei de Acesso à Informação, porém o período de guarda (periodicidade do documento público) é de 1 (um) ano. Isto significa que se o cidadão deseja obter uma cópia dos dados, deve buscar prestação jurisdicional, por meio de pedido ao poder judiciário, dentro do prazo de 1 (um)</p>

ano.
------

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO		DIAGNÓSTICO DO TRABALHO OPERACIONAL		
SUPERVISOR:		SUPERVISIONADO:		
DATA: __/__/__	Nº PROCESSO:	Nº POP:	NOME DA TAREFA: Uso da Câmera Operacional Portátil (COP).	
ATIVIDADES CRÍTICAS:		SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
1. O PM iniciou ou interrompeu o registro pela COP quando deveria?				
2. O PM gravou apenas cenas de interesse policial?				
3. O PM cuidou da segurança do conteúdo multimídia não permitindo extravio, cópia, adulteração ou divulgação dos dados?				
4. O PM informou às partes que a COP estava gravando a cena?				
5. O PM registrou em RSO e/ou BOe (formulário PMO-58) qualquer alteração no funcionamento do equipamento?				
6. O PM gravou declaração de própria voz ao interromper o registro pela COP?				
7. O PM soube realizar a classificação dos dados gravados?				

	<b>POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>	<b>POP: 5.16.03</b>
	<b>CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS</b>	<b>ESTABELECIDO EM: 2019</b>
		<b>REVISADO EM: Nº DA REVISÃO: 1</b>
<b>ATIVIDADES CRÍTICAS</b>		
Classificação correta dos dados gravados na Câmera Operacional Portátil (COP).		
<b>SEQUÊNCIA DAS AÇÕES</b>		
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Classificar as informações das COP (<a href="#">Etiqueta Eletrônica Categoria de Ocorrências</a> e <a href="#">Etiqueta Eletrônica Código de Ocorrências</a>) no próprio equipamento, de acordo com a indicação na Cartilha COP VAULT e a Diretriz que regula o uso das COP. A classificação será realizada por Categorias de Ocorrências e Códigos de Ocorrências.</li><li>2. As evidências digitais produzidas pelas COP deverão, obrigatoriamente, ser registradas em RSO ou BOe (formulário PMO-58).</li><li>3. Todo PM que atuar com COP em ocorrência policial deverá correlacionar o registro audiovisual ao número do talão, com o objetivo de vincular todas as evidências digitais produzidas por equipamentos distintos ao mesmo <a href="#">fato de interesse policial</a>.</li><li>4. Se não houver um código de ocorrência específico (casos de abordagens ou orientação ao público) e foi feito o registro audiovisual, o PM deverá acionar o COPOM/CAD e pedir um número de talão para atrelar ao referido registro ou via TMD.</li><li>5. Logo após o atendimento da ocorrência, o PM deverá inserir diretamente na COP, quando o equipamento permitir, a Etiqueta Eletrônica - Categoria de Ocorrências (tag) na gravação a ser classificada, além do respectivo Código de Ocorrências.</li><li>6. Orientar a autoridade de polícia judiciária a solicitar, formalmente, cópia do registro audiovisual que constitua evidência digital de infração penal.</li><li>7. Orientar as partes de uma ocorrência que solicitem acesso aos dados das COP a fazê-lo por meio judicial.</li></ol>		
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>		
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Que o PM classifique todos os registros audiovisuais realizados com COP.</li><li>2. Que o PM vincule, no formulário apropriado (RSO ou BOe) o registro audiovisual corretamente à ocorrência a que está relacionado.</li><li>3. Que o PM responsável pelo registro da ocorrência (condutor) colete todos os números identificadores dos vídeos de COP de outros PM e que tenham relação com o fato, incluindo-os no BOe (formulário PMO-58).</li></ol>		
<b>AÇÕES CORRETIVAS</b>		
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Caso haja falha na etiquetagem dos vídeos pelo próprio equipamento ou o modelo em uso não disponha deste recurso, o PM deverá realizar a classificação no RSO e no BOe (formulário PMO-58).</li></ol>		



2. Se o PM, equivocadamente, classificar o registro audiovisual, deverá comunicar seu superior hierárquico funcional e, motivadamente, solicitar à Cia PM a alteração no sistema; caso o próprio equipamento não permita.
3. Se o PM acionar involuntariamente a COP e gravar fatos que não tenham interesse policial, deverá:
  - 3.1. classificar a evidência como Vídeo Acidental (VidAc);
  - 3.2. se o erro ocorrer durante o atendimento de ocorrência, observar o fato em RSO ou BOe (formulário PMO-58);
  - 3.3. classificar o CGP e CFP que, por sua vez, convalidarão, ou não, a classificação na Cia PM.

#### POSSIBILIDADES DE ERRO

1. O PM não efetuar a classificação ou realizá-la de forma errada.
2. O PM não registrar os dados gravados no RSO e no BOe (formulário PMO-58).
3. O PM condutor da ocorrência não coletar todas as provas produzidas pelas COP, incluindo as registradas por outros PM, que tenham relação com o evento.

#### ESCLARECIMENTOS

1. [Etiqueta Eletrônica - Categoria de Ocorrências \(Tag\):](#)
  - 1.1. **Teste (T)** – Teste de funcionamento do equipamento;
  - 1.2. **Vídeo Acidental (VidAc)** – Gravação acionada involuntariamente e que contenha informações sem interesse policial.
  - 1.3. **Polícia Judiciária (PJ)** – contém informações de interesse policial e que podem compor evidências ou provas de processos em geral. Como exemplo, ocorrências conduzidas a distritos policiais e que demandem registro e investigação, assim como flagrantes, captura de procurados, roubos já ocorridos, lesões corporais, etc;
    - 1.3.1. **Flagrante (FGT)** – quando o policial se deparar com um caso de flagrante delito, deverá selecionar a etiqueta PJ e também a *tag* FGT;
    - 1.3.2. **Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO)** – quando o fato for registrado em TCO, o PM deve selecionar a etiqueta PJ e também a *tag* TCO;
  - 1.4. **Polícia Judiciária Militar (PJM)** - contém informações de interesse policial e que podem compor evidências ou provas de processos na Justiça Militar Estadual. Por exemplo, ocorrências que têm desdobramentos em Plantão de Polícia Judiciária Militar ou nas seções de Polícia Judiciária Militar e Disciplina das OPM e que demandem registro e investigação;
  - 1.5. **Polícia Administrativa (PA)** – todas as ações de polícia administrativa, que contenham informações de ações policiais que não demandam encaminhamentos a distrito policial, como por exemplo as abordagens policial-militares, fiscalizações de trânsito, busca e varredura, incursões em comunidades, operações bloqueio, atendimentos de ocorrências em que só a atuação PM seja suficiente para solucioná-las, orientação ao público, etc. Complementada pelas seguintes subetiquetas:
    - 1.5.1. **Abordagem/Fiscalização (Ab/Fisc)** – abordagens policial-militares de pessoas a pé ou em veículos, bem como demais fiscalizações de competência da Polícia Militar, como atuações de fiscalização ambiental, de

comércio ambulante, etc., exceto fiscalização de trânsito.

- 1.5.2. **Notificação de Trânsito (Not Trans)** – todas as ações de fiscalização de trânsito urbano e rodoviário devem ser registradas na etiqueta PA e nesta etiqueta específica.
- 1.5.3. **Orientação ao Público (Or Pub)** – todas as gravações que tenham resultado apenas em interação com a população para orientação e que não constituam ações policial-militares devem ser registradas na etiqueta Polícia Administrativa e nesta etiqueta específica.
- 1.6. **Treinamento (Tr)** – registro audiovisual relacionado com instrução e treinamento. Exemplo: preleção sobre abordagem, em que um dos PM seja responsável por gravá-la, aulas nas escolas de formação, etc.
- 1.7. **Drone (Dr)** – Etiqueta destinada a identificar registros audiovisuais provenientes dos *drones* da Polícia Militar. Nesse caso, a inserção dos vídeos no sistema de gerenciamento e custódia de evidências digitais se dá pelo acesso via computador/phone e não diretamente pelo equipamento, como no caso das Câmeras Operacionais Portáteis.
2. [Etiqueta Eletrônica Código de Ocorrências](#):
  - 2.1. o PM deverá selecionar o código de ocorrência relativo ao fato que atendeu, dentre os códigos de ocorrências estabelecidos no M-16-PM (Manual de Codificação de Ocorrências da Polícia Militar).
    - 2.1.1. caso a ação policial não se enquadre em nenhum dos códigos de ocorrências, registrar o código Z-13 e, via TMD ou COPOM/CAD, gerar respectivo número de talão.
  - 2.2. apenas um código pode ser selecionado, diferentemente das Categorias de Ocorrências, em que mais de uma etiqueta eletrônica pode ser selecionada, dependendo do tipo de ocorrência atendida.
3. [Fato de Interesse policial](#): todo fato em que há intervenção ou interação do policial militar com o público destinatário no exercício das atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, cuja gravação de áudio e vídeo constitui evidência digital.

<b>POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>		<b>DIAGNÓSTICO DO TRABALHO OPERACIONAL</b>	
<b>SUPERVISOR:</b>		<b>SUPERVISIONADO:</b>	
<b>DATA:</b> ____/____/____	<b>Nº PROCESSO:</b>	<b>Nº POP:</b>	<b>NOME DA TAREFA:</b> Classificação dos Dados.
<b>ATIVIDADES CRÍTICAS:</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
1. O PM realizou corretamente a classificação da Categoria de Ocorrências na COP?			
2. O PM realizou corretamente a Classificação de Códigos de Ocorrências na COP?			
3. O PM atentou para a possibilidade de classificação em mais de uma opção de Categoria de Ocorrências, quando o caso exigir? Exemplo: um caso de flagrante precisa ser classificado como Polícia Judiciária e Flagrante.			
4. O PM registrou corretamente os dados gravados pela COP no RSO e no BOe (formulário PMO-58)?			

DOCTRINA OPERACIONAL	
PROCESSO: CÂMERAS OPERACIONAIS PORTÁTEIS (COP)	
DESCRIÇÃO	LEGISLAÇÃO
<a href="#">Atribuições das Polícias Militares</a>	Art. 144, § 5º, 1ª parte, da Constituição Federal; letra “a”, “b” e “c” do art. 3º do Decreto Lei 667/69 (redação pelo Decreto-lei nº 2010); LAZZARINI, Álvaro. A Segurança Pública e o Aperfeiçoamento da Polícia no Brasil. Revista A Força Policial. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo. Nº 5, jan/mar, 1995
<a href="#">Preceitos constitucionais</a>	Art. 5º e os incisos II, III, XIII, XV, XVI, XXII,XXXIX, XLII, XLIII, XLIX, LIV, LVI, LVII, LVIII, LXI, LXII, LXIII, LXIV e LXV da Constituição Federal, dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Art 216 § 2º
<a href="#">Poder de Polícia</a>	MEIRELLES, Hely Lopes. <i>Direito Administrativo Brasileiro</i> , 26ª Edição, São Paulo: Malheiros, 2001; Art 78 do Código Tributário Nacional; LAZZARINI, Álvaro e outros. <i>Direito Administrativo da ordem pública</i> . 3.ed. Rio de Janeiro:Forense, 1998
<a href="#">Arbitrariedade e discricionariedade da ação policial</a>	LAZZARINI, Álvaro. Poder de Polícia e Direitos Humanos. Revista A Força Policial. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo. Nº 30; LAZZARINI, Álvaro e outros. <i>Direito Administrativo da ordem pública</i> . 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998; MAURÍCIO GARIBE e CEL PMESP ALAOR SILVA BRANDÃO. Os Limites da Discricionariedade do Poder de Polícia. Revista A Força Policial. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo. Nº 23.
<a href="#">Condução das Partes</a>	Inciso LXIII do art.5º da Constituição Federal; §§ 1º e 2º do art. 1º do Decreto Estadual nº 19.903/50 e Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal de nº 011; Decreto Estadual nº 57.783/12.
<a href="#">Condução de partes envolvidas em infração penal de menor potencial ofensivo.</a>	Art. 69 e seu parágrafo único da Lei nº 9.099/95.
<a href="#">Apresentação de ocorrência na repartição pública competente</a>	Art.66, inciso I, das Contravenções Penais; art. 319 do Código Penal; Lei Federal Nº 9.099/95 cc Lei Federal Nº 10.259/01 (dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal); Resolução 233, de 09SET09; Provimento 806/03 de 24JUL03 (consolida as normas relativas aos Juizados Informais de Conciliação, Juizados

	Especiais Cíveis e Criminais e Juizados Criminais); Resoluções de nº 2.076, de 22JUL77 e 2.010/16, de 13MAI77, ambas do Conselho Econômico e Social da ONU (Organização das Nações Unidas); Decreto Estadual nº 57.783, de 10FEV12.
<a href="#"><u>Testemunha</u></a>	Art. 202 e art.206 do Código de Processo Penal.
<a href="#"><u>Normas Operacionais de Policiamento PM – NORSOP</u></a>	Diretriz nº PM3-001/02/20, de 06MAR20.
<a href="#"><u>Comunicação Social</u></a>	Diretriz PM5-001/55/06, alterada pela Ordem Complementar nº PM5-001/05/09, de 09DEZ09 e pela Portaria nº PM5-003/511/11, publicada no Boletim Geral nº 105, de 06JUN11.
	Declaração Universal dos Direitos Humanos
	Convenção Americana sobre Direitos Humanos
<a href="#"><u>Acesso a Informação</u></a>	Lei nº 12.527/11 – Lei de Acesso a Informação
<a href="#"><u>Garantia do acesso e classificação de informações sob restrição de acesso</u></a>	Decreto Federal nº 7.724/12
<a href="#"><u>Regulamentação do acesso a informações</u></a>	Decreto Estadual nº 58.052/12
<a href="#"><u>Classificação de documento, dado ou informação sigilosa e pessoal no âmbito da Administração Pública direta e indireta</u></a>	Decreto Estadual nº 61.836/16